

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar a licitação, modalidade pregão eletrônico, no sistema de registro de preços para aquisição de Máquinas Pesadas de Construção, conforme especificações técnicas, contidas nos termos de referência deste processo administrativo.

Da necessidade da contratação: A aquisição de máquinas de construção, objeto desta nota técnica, visa a contribuir para a construção de barreiros, recuperação de aguadas e desassoreamento de reservatórios nos municípios da área de atuação da CODEVASF em Pernambuco, propiciando alternativas de subsistência, melhorando a qualidade de vidas das pessoas dessas regiões e também para recuperação e abertura de vias de acesso as pequenas comunidades, melhorando o transporte de veículos como ônibus escolares, ambulâncias, transporte da produção agropecuária entre outros, promovendo o aumento do desenvolvimento regional e contribuindo para a fixação das famílias nas áreas rurais, reduzindo o êxodo rural para os centros urbanos vizinhos.

Modalidade: A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP). Os bens adquiridos neste edital, máquinas pesadas, classificam-se como comuns, haja vista que seus padrões de desempenho e qualidade estão bem definidos por meio das especificações que são reconhecidas e usuais no mercado.

Dotação orçamentária: Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Do Sistema de Registro de Preços (SRP): Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, e da necessidade de conclusão célere do procedimento, haja vista o final iminente do exercício ser a data limite para indicação de recursos orçamentários, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Critério de Julgamento: Menor preço por Item, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º13.303/2016.

Orçamento Público/Aberto: A definição pelo orçamento **público** tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de



referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Devido a opção pela pesquisa de preços, de acordo com a IN nº73/2020, pelo Sistema de Registro de Preços, o preço unitário obtido é perfeitamente reproduzível, sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio Público, não frustrando a competitividade a sua publicação.

Modo de Disputa: Aberto, de acordo com o Art. 52, § 1º da Lei n.º 13.303/2016.

Cota Reservada a ME/EPP: Não será reservada cota para ME/EPP, devido à necessidade de padronização das máquinas e o provável aumento do valor da contratação, devido a perda da economia de escala nos custos com a logística para fornecimentos em pequenas quantidades; considera-se ainda uma eventual dificuldade em fornecimento de quantidades maiores. Deve ser considerado, ainda o aumento do custo administrativo e de gestão e execução de contratos de fornecedores diferentes. Assim, não será aplicada a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no artigo 48, da Lei Complementar 123/2006, considerando-se a exceção elencada no inciso III, do art. 49.

Consórcio: A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto será estendida, perfazendo o período de 12 meses, contados a partir da entrega, conforme Caderno de Especificações Técnicas: máquinas pesadas, caminhões, caminhonetes, tratores e implementos agrícolas da Codevasf.

Garantia de Execução (caução): É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução, perfazendo montante de 5% sobre o valor global contratado.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os fornecimentos com a segurança, qualidade e prazo estabelecidos. Faz-se necessário que seja comprovada a experiência pela vencedora, em consonância com o art. 30, inciso II da Lei nº 8.666/1993 e o art. 58 inciso II da Lei 13.303/2016, razão pela qual consideramos adequados e pertinentes ao objeto licitado o percentual estipulado mínimo de 30% do quantitativo do item desta licitação a que estiver concorrendo, dentro dos limites recomendados também pela jurisprudência do TCU.

Da não admissão de subcontratação: não será admitida subcontratação, para execução dos fornecimentos objeto licitado.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio: Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consórcio não é justificada.

Da não admissão da participação de Cooperativa: É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Forma de fornecimento: Fornecimento Parcelado. O fornecimento ocorrerá mediante expedição e encaminhamento, pela CODEVASF, da Ordem de Fornecimento (OF), devidamente preenchida com informações do item e valor unitário, respeitando o valor e quantidade contratada via Ata de Registro de Preços, de acordo com a disponibilidade financeira, e respeitando os prazos constantes no item 11.

Petrolina, 28 de novembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Victor Miguel Oliveira Martin
Analista de Desenvolvimento Regional
CODEVASF - 3ªGRD/UEP